

# Quilombos: resistência ao escravismo\*

de Clóvis Moura

## Nódulos de resistência ao sistema escravista

Nodules of resistance to the slave system

por Renata Gonçalves\*\*

A obra de Clóvis Moura vem saindo da invisibilidade graças à insistência de intelectuais e militantes que caminham na contramão da *intelligentsia* brasileira. São pesquisadores e pesquisadoras como Márcio Farias, Weber Lopes Góes, Maria Helena Elpidio, Cleber Vieira, Fábio Nogueira, Ana Paula Procópio, Sandra Vaz, Petrônio Domingues, Erika Mesquita, Tereza Malatian, Gabriel Rocha etc., que vêm recuperando as contribuições do autor piauiense para a compreensão da formação social brasileira, para a crítica ao padrão eurocêntrico das Ciências Sociais e, sobretudo, recuperam o pioneirismo das análises do autor acerca do protagonismo do negro escravizado nas lutas contra o sistema escravista. Felizmente, a lista de estudiosos e estudiosas do campo moureano vem crescendo nos últimos anos.

Devemos à Editora Dandara a possibilidade de acesso aos livros do autor que ficaram algumas décadas sem reedição, como resultado direto do racismo epistêmico. Rompendo com a invisibilidade imposta pelas editoras hegemônicas, Dandara abriu a Coleção Clóvis Moura, coordenada pelo Professor Márcio Farias, e já publicou quatro grandes obras do autor: em 2021 reeditou *O negro: de bom escravo a mau cidadão?*; em 2022 vieram *História do negro brasileiro* e *Os quilombos e a rebelião negra*; e, em 2023, *Brasil: as raízes do protesto negro*.

Ainda furando a bolha da invisibilidade dos títulos de Clóvis Moura, outras editoras também reeditaram o autor. Numa parceria com a Fundação Maurício Grabois, a editora Anita Garibaldi publicou em 2014, no decênio da morte do autor, dois de seus livros: *Rebelões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas* e *Dialética*

\* São Paulo: Expressão Popular, 2020.

\*\* Doutora em Ciências Sociais. Docente da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, Santos-SP, Brasil. Coordenadora do Núcleo de Estudos Reflexos de Palmares. End. eletrônico: renata.goncalves25@unifesp.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2470-9095>

*radical do Brasil negro*. Em 2020, a editora Perspectiva publicou *Sociologia do negro brasileiro*, cuja primeira e única edição datava de mais de trinta anos. Nesta mesma perspectiva, em 2020 a editora Expressão Popular publicou *Quilombos: resistência ao escravismo*<sup>1</sup>, que passo a apresentar.

Este livro teve sua primeira aparição em 1987, “em um contexto de boom efetivo do mercado de livros paradidáticos ao mesmo tempo em que movimentos sociais de diversas naturezas vinham a público reivindicar novos objetos de pesquisa” (Vieira, 2021, s.p.). Era um período de efervescência dos movimentos sociais e a publicação ocorreu um ano antes do centenário da (falsa) abolição, o que transferia ao autor uma responsabilidade histórica (Vieira, 2021).

*Quilombos: resistência ao escravismo*, numa linguagem mais acessível ao público menos especializado, é a continuidade dos estudos de Moura sobre as formas de lutas e resistências negras contra o sistema escravista. No livro, são apresentadas as particularidades do escravismo no Brasil, pois diferentemente de outras regiões da América Latina, em que os escravizados ficavam circunscritos a determinadas áreas, no país “fincou pé a escravidão em toda a extensão territorial do que hoje constitui a nação brasileira, marcando a existência de um modo de produção específico, o escravismo moderno” (Moura, 2020, p. 14). A dinâmica deste escravismo garantiu por um longo período a continuidade da importação de pessoas na condição de escravizadas com vistas a manter a produção acelerada de mercadorias.

Apesar de não haver dados exatos do número de africanos escravizados no país, Moura adverte que nas Américas, o Brasil foi a nação que teve a maior porcentagem de pessoas escravizadas, demonstrando o quão lucrativo era o tráfico e a escravização de pessoas. Segundo o autor,

Se os senhores de escravos assim procediam, era porque sabiam que uma *peça* comprada e produzindo durante sete anos (a média de vida útil do escravo) daria lucro suficiente para descartá-la após esse período e substituí-la por outra, que iria reproduzir o mesmo ciclo de trabalho, em iguais condições e proporções (Moura, 2020, p. 14 – grifo do autor).

A argumentação central do livro, e anunciada já nas primeiras páginas, é que senhores e escravizados – as duas classes fundamentais do sistema escravista – produziam uma contradição básica e, nas palavras do autor, “os escravos negros, para resistirem à situação de oprimidos em que se encontravam, criaram várias formas de resistência, a fim de se salvaguardarem social e mesmo biologicamente, do regime que os oprimia” (Moura, 2020, p. 19).

---

<sup>1</sup> Em 2021, o livro ganhou também uma versão da Editora da Universidade Estadual do Piauí, com Prefácio de Soraya Moura, filha do autor; e Apresentação do Professor Cleber Santos Vieira, à época Presidente da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as. Ver Moura (2021).

Para sobreviverem, recorriam a variadas maneiras de organização, especialmente as guerrilhas, as insurreições urbanas e os quilombos. Em *Quilombos: resistência ao escravismo*, o autor se propõe a examinar os quilombos, uma forma contínua de os escravizados protestarem contra o sistema escravista. Trata-se, segundo o autor, de “uma manifestação de luta de classes” (Moura, 2020, p. 20).

Os quilombos são fundamentalmente apresentados como sinal de protesto negro contra as condições desumanas e constituem-se como diferentes manifestações de rebeldias para construir uma terra de pessoas livres, como foi a República de Palmares, que durou quase cem anos. Assim, onde quer que houvesse escravidão, surgiria o quilombola “como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava” (Moura, 2020, p. 21). Embora com denominações distintas ao longo das Américas (marrones, palenques, cumbes, garifunas etc.), eram todos “frutos das contradições estruturais do sistema escravista e refletiam, na sua dinâmica, em nível de conflito social, a negação desse sistema por parte dos oprimidos” (Moura, 2020, p. 23).

A quilombagem, para o autor, foi apenas uma das formas de resistência de escravizados. É preciso não perder de vista outras ações, “como o assassinio dos senhores<sup>2</sup>, dos feitores, dos capitães-do-mato, o suicídio, as fugas individuais, as guerrilhas e as insurreições urbanas [que] se alastravam por todo o período” (Moura, 2020, p. 24-25). Todavia, assegura o autor, as unidades básicas de resistência dos escravizados foram os quilombos.

[...] onde quer que o trabalho escravo se estratificasse, surgia o quilombo ou mocambo de negros fugidos, oferecendo resistência, lutando, desgastando em diversos níveis as forças produtivas escravistas, quer pela sua ação militar, quer pelo rapto de escravos das fazendas, fato que constituía, do ponto de vista econômico, subtração compulsória das forças produtivas da classe senhorial. Dessa forma, se o aquilombamento não tinha um projeto de nova ordenação social, capaz de substituir o escravismo, em contrapartida, tinha potencial e dinamismo capazes de desgastá-lo e criar elementos de crise permanente em sua estrutura (Moura, 2020, p. 25).

Na primeira parte do livro, o autor discorre sobre a expansão geográfica da quilombagem no território brasileiro: em Minas Gerais, na Bahia, no Rio de Janeiro, no Mato Grosso, em Goiás, no Pará, em Pernambuco, em Alagoas, no Maranhão, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, na Paraíba, em São Paulo etc., com

---

<sup>2</sup> A este respeito, consultar o importante livro de Joaci Pereira Furtado (2024, no prelo) sobre a Revolta de Carrancas, ocorrida em 13 de maio de 1833, no interior de Minas Gerais, quando um grupo de escravizados, liderado por Ventura Mina, decide golpear à morte a família Junqueira, opressora e proprietária de fazendas na região.

revoltas organizadas, insurreições armadas e fugas para os quilombos, além da participação de escravizados em movimentos que não eram originalmente seus.

No capítulo dedicado à sublevação quilombola contra o aparelho repressor do Estado, Clóvis Moura chama a atenção para a violência institucionalizada, que tratava o escravizado como animal, torturando-o até a morte. A alternativa era “rebelar-se e usar da violência contra o parelho de dominação militar, ideológico e político que o desumanizava como ser” (Moura, 2020, p. 39). Para sobreviverem, os quilombolas tinham de montar um sistema de defesa permanente, dialogando com outras camadas de pessoas oprimidas, como foi o caso do Quilombo de Ambrósio, em Minas Gerais, e do Quilombo de Palmares, em Alagoas; e estabelecendo um comércio clandestino com pequenos proprietários locais com o objetivo “de conseguirem aquilo de que necessitavam, especialmente armas e pólvora” (Moura, 2020, p. 40).

Por meio deste intercâmbio, desenvolvia-se uma verdadeira organização militar. Segundo o autor, internamente aos quilombos, era montada “uma indústria de guerra dos próprios quilombolas, os quais fabricavam lanças, arcos, flechas, facas e outros objetos bélicos”, como “uma forma de preservarem sua população das constantes investidas das forças escravistas”, além de estabelecerem um “sistema de defesa, como muralhas, paliçadas, buracos com estrepes (lanças), para surpreender os invasores” (Moura, 2020, p. 41).

Moura destaca também a organização da economia quilombola ou “unidade produtiva”, que consistia no desenvolvimento de atividades para manter e alimentar a população, em especial em casos de isolamento ou de guerra. Da tipologia feita por Décio Freitas no livro *Palmares: a guerra dos escravos*, cuja primeira edição é de 1973, Moura recupera sete especificações de quilombos:

- a) os *agrícolas*, que prevaleceram em todas as partes do Brasil; b) os *extrativistas*, característicos do Amazonas, onde viviam de drogas do sertão; c) os *mercantis*, também na Amazônia, que adquiriram, diretamente de tribos indígenas, a drogas para mercadejá-las com os regatões; d) os *mineradores*, em Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso; e) os *pastoris*, no Rio Grande do Sul, que criavam o gado nas campanhas ainda não apropriadas e ocupadas por estancieiros; f) os de *serviços*, que saíam dos quilombos para trabalhar nos centros urbanos; e, finalmente, g) os *predatórios*, que existiam um pouco por toda parte e viviam dos saques praticados contra os brancos (Moura, 2020, p. 51-52 – grifos do autor).

Na contramão da economia colonial, inteiramente dependente do mercado internacional, os quilombolas criaram uma economia interna autônoma, capaz de produzir o que necessitavam “de acordo com as possibilidades ecológicas ou de sementes daquelas áreas em que se formavam”. O que lhes

[...] permitia uma economia de abundância, pois os quilombos não se limitavam à monocultura das *plantations*, mas, ao contrário, aproveitando-se dos recursos minerais regionais e de elementos retirados das fazendas e dos engenhos, dinamizaram uma agricultura policultora-comunitária, que satisfazia as necessidades dos quilombolas e ainda produzia um excedente comerciável (Moura, 2020, p. 53 – grifo do autor).

A unidade econômica dos quilombos era, portanto, bastante variada e se organizava de acordo com as áreas em que se instalavam, considerando a qualidade do solo e, sobretudo, as possibilidades de se protegerem das agressões armadas do sistema escravista. E, apesar das dificuldades, “praticavam uma economia policultora, ao mesmo tempo distributiva e comunitária, capaz de satisfazer as necessidades de todos os seus membros” (Moura, 2020, p. 54). Enquanto esta forma de organizar a produção proporcionava o bem estar ou o *bem-viver* a seus habitantes, na economia escravista, cuja principal produção era enviada para as metrópoles europeias, “a população produtora passava privações enormes, incluindo-se o pequeno produtor, o branco pobre, o artesão e outras categorias, que eram esmagadas pela economia latifundiário-escravocrata” (Moura, 2020, p. 54).

Outra característica destacada pelo autor é a continuidade histórica da quilombagem, cujos primeiros registros remontam ao século XVI e se expandem até às vésperas da abolição da escravatura. Esta durabilidade dependia de uma estrutura política interna, com papéis específicos de seus membros. O autor enfatiza que os quilombos não eram simples aglomerados amorfos. Ao contrário, quando os quilombolas se estabeleciam em determinadas áreas e quando se sentiam estáveis, “organizavam tipos de governo que determinavam a harmonia da comunidade e eram responsáveis por ela” (Moura, 2020, p. 55). Tinham de organizar um poder de defesa contra as investidas escravistas, assim como “tinham de criar formas de organização familiar, religiosa e, especialmente, econômica” (Moura, 2020, p. 55).

Na organização política dos quilombos, quem era escolhido para chefiar a comunidade, recebia obediência incondicional de seus membros<sup>3</sup>. Isto, porém, não era decorrência de tradições africanas, como supuseram determinadas leituras de viés culturalista. Para o autor, tratava-se “da necessidade objetiva, permanente, de defenderem a integridade territorial e social dos quilombos das permanentes ameaças das expedições constantemente enviadas contra eles” (Moura, 2020, p. 57).

Estas observações levam Clóvis Moura a considerar os quilombos como *nódulos de resistência* permanente ao sistema escravista. Ao mesmo tempo em que desgastavam diuturnamente o sistema escravista, criavam “uma sociedade alternativa

---

<sup>3</sup> O autor adverte que estas informações constam dos registros dos opressores, pois os quilombolas mantinham a tradição oral africana.

que, pelo seu exemplo, mostrava a possibilidade de uma organização formada de homens livres” (Moura, 2020, p. 58).

E o autor chega justamente à penúltima parte do livro para tratar de Palmares, a república de homens livres: a maior e mais longa manifestação de rebeldia contra o escravismo na América Latina, desestabilizando por quase cem a classe senhorial. Considerando a tradição oral africana, não há uma documentação produzida pelos palmarinos, dificultando o acesso a uma visão interna do quilombo. Além disso, a historiografia tradicional, com seu passado de comprometimento ideológico com o colonizador, “procura esconder ou minimizar a importância sociológica, histórica, política e humana que foi Palmares, apresentado tão importante fato histórico como um simples ‘valhacouto de bandidos e marginais’” (Moura, 2020, p. 60).

E, na impossibilidade de fazer um levantamento sistemático da estrutura social ou de apresentar uma história detalhada de Palmares, o autor mostra, em linhas gerais, como era o funcionamento daquela república de homens livres, descrevendo a área daquele quilombo como sendo de terras de difícil acesso, mas férteis, com abundância de madeiras e caças, com muita água e com possibilidades de organizarem um sistema de defesa. A população de Palmares aumentou continuamente formando verdadeiras cidades, “de acordo com o processo de desenvolvimento e de diferenciação decorrente de uma maior e mais complexa divisão interna do trabalho” (Moura, 2020, p. 65). Palmares chegou a ter aproximadamente 25 mil habitantes, tornando-se o “mais sério obstáculo ao desenvolvimento e à estabilização do escravismo na região” (Moura, 2020, p. 67).

Moura ainda discorre sobre a capacidade de comunicação dos palmarinos e, considerando a predominância linguística dos bantos, este grupo étnico teria influenciado decisivamente na língua falada em Palmares. Diante das condições objetivas para a sobrevivência, criaram o que o autor chamou de *dialeto dos quilombos*<sup>4</sup> ou, neste caso específico, *dialeto de Palmares*, um código de linguagem fundamental para a comunicação interna e externa.

Outros elementos importantes na configuração de Palmares era a economia agrícola baseada na policultura e na produção em abundância, criando excedentes para a redistribuição no interior da comunidade palmarina, mas também com capacidade de comercialização externa. Para assegurar estas relações de produção, com distribuição comunitária, foi necessário que Palmares se militarizasse. Nas palavras do autor, à “medida que as atividades agrícolas se desenvolviam, iam sendo transformadas as táticas e técnicas militares palmarinas, objetivando a defesa do patrimônio coletivo” (Moura, 2020, p. 79). E não havendo uma apropriação privada de bens, a punição aplicada aos crimes obedecia a uma espécie de direito

---

<sup>4</sup> Em contraposição ao que a professora Yeda Pessoa de Castro (1983) denominou *dialeto das senzalas*.

consuetudinário, em que “o roubo individual era punido como se fosse uma lesão ao patrimônio de todos” (Moura, 2020, p. 81).

Moura observa o quão complexa era a estrutura social e política de Palmares, com chefes de mocambos totalmente autônomos com relação ao poder superior do rei, que intervinha apenas nos assuntos mais relevantes, como a paz e a guerra.

Com relação à estrutura familiar, as circunstâncias de desequilíbrio entre os sexos – pois a sociedade escravista preferia comprar homens jovens a mulheres – edificaram dois tipos de organização em Palmares: a poligamia e a poliandria. O número escasso de mulheres teria reduzido a poligamia apenas ao grupo de chefes de mocambos e ao rei. Sendo, portanto, a poliandria praticada pelo conjunto da comunidade. E aqui, mais uma vez, o autor contesta as interpretações de que tais práticas seriam frutos de uma regressão à cultura originária africana. Para Moura, tanto “a poligamia como a poliandria em Palmares tem sua origem na dinâmica social da comunidade, em sua composição por sexo e nas soluções estruturais que seus habitantes encontraram para conseguir seu equilíbrio sexual e social” (Moura, 2020, p. 87).

Ainda neste capítulo dedicado à República de Palmares, o autor apresenta o pluralismo religioso dos palmarinos, mais próximo de “um sincretismo no qual entram o catolicismo popular e as crenças africanas, principalmente bantos” e acrescenta “a influência das religiões indígenas, que tão bem se fundiram às religiões bantos, dando, inclusive, na Bahia, o ‘candomblé de caboclo’” (Moura, 2020, p. 88). E os estudos e documentos sobre Palmares informam que não havia um sacerdócio ou uma casta religiosa superior, tornando o sagrado uma prática comunitária.

Moura apresenta o epílogo de sangue desferido contra Palmares. O sistema escravista jamais permitiria que uma estrutura de economia igualitária e comunitária continuasse existindo. A chave do problema, para o autor, consistia no fato de que “Palmares foi a negação, pelo exemplo de seu dinamismo econômico, político e social, da estrutura escravista-colonialista. O seu exemplo era um desafio permanente e um incentivo às lutas contra o sistema colonial em seu conjunto” (Moura, 2020, p. 92). A violência contra Palmares, sua destruição e o massacre, que não poupou sequer as crianças, “e, finalmente, a tentativa de apagar-se da consciência histórica do povo esse feito heroico foram decorrência de sua grande importância social, política e cultural” (Moura, 2020, p. 92).

A última parte do livro é dedicada à análise da articulação internacional da quilombagem. Partindo da afirmação do historiador estadunidense, Herbert Aptheker, de que o medo era o sentimento dominante da classe senhorial durante a escravidão nos Estados Unidos, o autor piauiense indaga o seguinte: “Será que no Brasil não houve, também, essa *síndrome do medo*, entre aqueles que constituíam a classe senhorial?” (Moura, 2020, p. 95).

O grande temor em terras brasileiras vinha dos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade que reinavam na França, além do perigo mais próximo geograficamente, que vinha da parte francesa da ilha de São Domingos: a insurgência de escravizados haitianos, que culminou na independência do Haiti e no extermínio de toda a população branca ali residente. O temor de que os ideais dos jacobinos negros se espalhassem para outras regiões era grande. E, segundo o autor, havia motivos concretos para isto. As revoltas na Bahia, em Pernambuco, em Sergipe, em Minas Gerais, no Rio de Janeiro, no Maranhão etc. demonstram que existia “uma conexão ideológica (embora imprecisa) e contatos diretos entre os escravos rebeldes brasileiros e os militantes daquela revolução” (Moura, 2020, p.112).

O autor identifica uma ligação entre os quilombolas brasileiros com grupos ou pessoas de outros países, estabelecendo uma verdadeira “conexão internacional da quilombagem” (Moura, 2020, p. 112). Formavam-se ainda alianças internas entre quilombolas e populações marginalizadas, como os imigrantes que, na última fase da escravidão, chegavam para substituir a mão de obra cativa. Segundo Moura, uma aliança entre os trabalhadores negros escravizados e os trabalhadores imigrantes livres seria fatal ao sistema escravista, agora também apavorado tanto com o ‘fantasma do comunismo’, que assolava a Europa, como com “a junção dos colonos oprimidos com os quilombolas” (Moura, 2020, p. 125).

Por fim, é preciso dizer que, diferentemente da historiografia oficial, que apresenta os escravizados como passivos, ao longo de *Quilombos: resistência ao escravismo* Clóvis Moura colocou no centro de suas reflexões a resistência negra e o protagonismo negro, elevando o sujeito escravizado à categoria de sujeito político. Motivos não faltaram para o pavor da classe senhorial que, em seus sonos injustos, ainda deve tremer ante a permanência de um espectro: faremos Palmares de novo!

## Referências

- CASTRO, Yeda Pessoa de. Das línguas africanas ao português brasileiro. *Afro-Ásia*, Salvador, n. 14, p. 81-106, 1983.
- FREITAS, Décio. *Palmares: a guerra dos escravos*. Porto Alegre: Movimento, 1973.
- FURTADO, Joaci Pereira. *Revolta de Carrancas: o silêncio ao redor*. São Paulo: Madamu, 2024 [no prelo].
- MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. Teresina: EdUESPI, 2021.
- \_\_\_\_\_. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- VIEIRA, Cleber Santos. Apresentação. In: MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. Teresina: EdUESPI, 2021, s.p.